



MODERNIDADE, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

Antônia de Araújo Farias
Universidade Estadual da Paraíba-UEPB
antoniaafarias@educ.uepb.edu.br

O presente artigo objetiva fazer uma reflexão em torno das influências, do projeto europeu de Sociedade Moderna, trazidas pelos colonizadores a partir do século XV e suas consequências para o desenvolvimento na América Latina hoje. Muitos autores que investigam sobre a Modernidade concordam que o processo de modernização das sociedades atuais não ocorreu, não ocorre e nem ocorrerá de forma homogênea nem tão pouco se transplantou do continente Europeu para os demais continentes do mundo sem sofrer modificações.

Marx em seu livro “O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte¹” publicado em 1852 ao analisar os fenômenos sociais ocorridos na França entre 1848 e 1851 que culmina com um golpe de Estado dado por Napoleão III, sobrinho, faz uma comparação entre o golpe de Napoleão Bonaparte I, tio, em 1799. Em sua análise considera o segundo como uma caricatura do primeiro.

Na sua afirmação explica o motivo da caricatura justificando que “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (1997, p.21). Nesse sentido, podemos entender que os fenômenos que ocorreram na História das Américas e que teve como resultado a realidade problemática que temos hoje em termos de desenvolvimento pode explicar-se por essa afirmação de Marx.

Com base nesse princípio marxista, compreende-se que o projeto de Sociedade Moderna inaugurado pela Europa no século XV não encontrou as mesmas condições históricas nas colônias que dominou até o momento de sua independência. Podemos

¹ O 18 de Brumário no calendário criado pela Revolução Francesa em 1792, se refere ao dia 9 de novembro do nosso calendário. A data a que Marx se refere no texto é referente ao 18 de Brumário de 1799 em que Napoleão deu o golpe militar



também afirmar que apesar da Revolução Francesa ter inspirado o movimento de independência das colônias americanas de norte a sul, igualmente não ocorreu aqui um processo que possa se equiparar ao ocorrido na Europa.

Portanto não encontrando as mesmas condições históricas, sociais, econômicas, políticas, antropológicas o projeto de Sociedade Moderna desejado pelos países recém independentes só pode ser apreendido de forma particular, dentro das condições históricas particulares de cada realidade local de cada colônia.

Para a realidade da América Latina, essa diferenciação de apreensão do projeto de Sociedade Moderna ainda se torna mais visível se compararmos seu desenrolar nas três Américas. Depois podemos ver as diferenciações entre os próprios países considerados isoladamente. Cada país apresenta peculiaridades de tal complexidade que poderíamos afirmar que seus projetos de modernização, apesar de guardarem algumas semelhanças mais estruturais e generalizadas entre si, são únicos em cada país.

Mas essa compreensão é recente. Na realidade, as explicações para o problema do desenvolvimento na América Latina, durante todo o século XX, foram sempre oferecidas tomando por base as Teorias da Modernização geradas na Europa e enraizadas no pensamento iluminista francês do século XVIII, cujo maior representante foi Condorcet (GARDINER, 1995).

Comte deu continuidade ao pensamento iluminista no século XIX reforçando-o com seu enfoque positivista com respeito à ciência e a razão. Para as Teorias da Modernização de enfoques positivistas tudo poderia ser resolvido se nos guiassemos pela luz da razão e pelo progresso da ciência.

Eram, portanto, teorias eurocêntricas que consideravam a Europa como centro de desenvolvimento, e que defendia a existência de uma modernidade necessária e inevitável que tinha a Europa como o exemplo a ser seguido pelos países da periferia. Assim seria tanto no nível individual quanto no nível da sociedade.

As Teorias da Modernização de visão eurocêntrica marcaram os anos 1950-60. Começaram a ser questionadas quando se percebeu que na realidade, no mundo existiu e co-existe um número variado de vias de acesso possíveis à modernidade e que suas formas de realização são tão variadas quanto suas vias de acesso. Durante todo o século essas teorias não foram suficientes para explicar por que os países da América Latina



não conseguiram alcançar um desenvolvimento econômico e social compatível com o dos países desenvolvidos da Europa (SCHWARTZMAN, 1991)

A interpretação dos fenômenos sociais dentro do contexto histórico que os produz, que os determina é uma prática bastante comum em muitos estudos sociológicos desde o século XIX. Está na base das construções teóricas de sociólogos como Marx Weber que reivindica o valor da abertura do sociológico para o histórico (GINER, 2002, p.745). Segundo Giner (2002, p.746), estudiosos como Norbert Elias, B. Moore, C. Tilly, I. Wallerstein y T. Skocpol, são hoje os representantes desse campo da sociologia.

Theda Skocpol (2004), por exemplo, inicia seu artigo intitulado “A Imaginação Histórica da Sociologia” afirmando que “De uma forma básica, a sociologia sempre foi uma empreita fundada e orientada historicamente” (2004, p.7). Baseando-se em Wright Mills afirma que “Toda ciência social, ou melhor, todo estudo social reconhecido, requer uma extensão histórica de concepção e um uso completo de materiais históricos.”

Considerando o contexto histórico de nosso surgimento, considerando que uma análise sociológica da condição de modernidade do país necessita de um mergulho em nossa história, podemos trabalhar com a hipótese de que os problemas que enfrentamos hoje com a falta de níveis de desenvolvimento comparáveis aos níveis efetivados pelos países capitalistas europeus, em sua maioria, decorrem das próprias condições históricas de nossa colonização e depois do próprio processo de independência pelo qual passamos.

O lugar que ocupamos no sistema capitalista desde a colonização foi sempre o de fornecedores de matéria prima e mercado garantido para o consumo dos produtos manufaturados europeus. Compreender o contexto sócio-histórico do nosso surgimento como nações latinoamericanas nos permitirá compreender melhor os problemas que enfrentamos hoje com relação à Educação e ao Desenvolvimento no nosso continente.

E a partir dessa compreensão poderemos buscar soluções mais eficazes para resolução dos problemas que enfrentamos hoje. Problemas estes que têm entravado o nosso crescimento enquanto continente com potenciais amplos de recursos naturais e enquanto país.



Sabendo que nosso continente foi povoado por europeus no século XVI poderíamos começar essa reflexão nos perguntando: por que não entramos na modernidade já no século XV juntamente com a Europa? A resposta logicamente seria a que todos já aprenderam na escola: não poderíamos entrar na era moderna se aqui só havia nativos ditos “selvagem”.

Aí começa um fio condutor que nos vai levar talvez a uma compreensão mais ampla da nossa condição atual de latinoamericano. Nesse caso nós não estávamos na condição de conquistador, que desfrutava o povo europeu, mas na condição de povos a serem conquistados. Não estávamos na condição de dominadores mas de dominados pois a condição de desenvolvimento entre a Europa e os nativos das américas estava desfavorável para os nativos e não permitia entrarmos em condições de igualdade em seu projeto de sociedade moderna, como protagonistas.

Submetidos a uma sociedade que havia decidido nos caçar, nessas condições desfavoráveis, iniciamos a construção de um povo que até os dias atuais não conseguiu como nação ter um desenvolvimento compatível com tal conceito. Estamos sempre em falta com algo ou se não estamos assim sentimos. Assim pensava Otávio Ianni quando ao referir-se ao Brasil em 2000, em uma de suas palestras, afirmava termos nascido no século XV como província do colonialismo e agora iniciávamos o século XXI como uma província do globalismo (2000).

Ele nos faz compreender que no passado colonial fomos província de Portugal, que era um país, uma nação. Agora apesar de sermos um país, estamos hoje na condição de uma pequena província para o Capitalismo Transnacional. Isso mostra que avançamos quando deixamos de ser colônia para nos tornarmos uma nação ainda no século XIX. Mas que agora com uma outra fase de expansão global, inclusive mais ampla do que a que ocorreu em 1500, voltamos para uma condição de dependência que não favorece mais uma vez o nosso crescimento com autonomia.

Mas que condição de província nós tínhamos se naquela época os Estados Unidos não passava de um conjunto de colônias? Como podemos entender o desenvolvimento de um país como os Estados Unidos que desde o momento de sua independência ainda no século XVIII, antes mesmo da Revolução Francesa, iniciou um processo de desenvolvimento econômico e social que nunca mais parou? Uma maneira



de entendermos um pouco sobre nossa condição é sabermos um pouco sobre a condição de desenvolvimento pela qual passou aquele país para que através de uma breve comparação possamos enxergar melhor nossa própria condição.

A partir desse ponto em que estamos tentaremos entender quatro realidades distintas relacionando-se entre si com diferentes graus de pertencimento e relações de poder. A primeira é a realidade da América Latina como um todo dentro de uma política internacional de expansão capitalista no século iniciada no XV. Política essa que entrou em crise no século XIX com o fenômeno da independência vivenciado pela maioria das colônias americanas.

Uma segunda realidade é a dos Estados Unidos como uma nação que teve um desenvolvimento bastante favorável enquanto a América Latina padecia. Não que em nosso continente as condições que tínhamos como colônia fossem melhor que a dos estados Unidos pois nesse país houve dois modelos de colonização dentro da mesma área territorial, que ainda não era país, mas um conjunto de treze colônias. Nesse grupo de colônias dominado pela Inglaterra na parte norte a colonização se baseava na distribuição de pequenas propriedades para famílias que decidiam morar e desenvolver a agricultura enquanto que na parte sul a colonização se baseava no latifúndio e no trabalho escravo para o cultivo de grandes extensões de terra.

A terceira é a realidade Brasileira como país que sempre se sentiu à parte da América Latina e que sempre teve uma elite local bem relacionada com a elite de sua metrópole. Nesse relacionamento entre elites locais e metropolitanas o povo ficava completamente à mercê dos interesses de seus dirigentes até o momento em que, pouco a pouco, surgem as revoltas populares e que apesar do poder local reprimí-las, essas revoltas sinalizam para um novo período de nossa história, o período de nossa independência de Portugal ceifado por uma renovação do pensamento político das novas gerações de dirigentes.

A quarta realidade e última é a da relação metrópole-colônia no período colonial e no período pós independência, especificamente para o caso brasileiro e estadunidense. O que vamos buscar compreender aqui, por exemplo, é como tais elites metropolitanas favoreceram ou não o desenvolvimento de suas colônias ainda quando estavam sob seus



domínios e mesmo depois da independência. Na América Latina seria a elite portuguesa com relação ao Brasil e a elite inglesa com relação aos Estados Unidos.

Para esse trabalho vamos comparar o desenvolvimento entre América Latina e Estados Unidos e não com a América do Norte. Isso porque o fato desse país ter se destacado historicamente como país independente e em franco desenvolvimento nos faz pensar por que ele sim e nós não. E uma outra coisa curiosa é que esse país não apenas se desenvolveu mas se transformou em mais um país com pretensões de dominar e explorar os países irmãos. Pois em um sentido histórico nascemos em um mesmo tempo com uma mesma realidade de colonização.

A América surge para a consciência histórica mundial no século XV numa confluência de fatores internacionais entre as potências econômicas e políticas da época que unem um desejo de ampliação de mercados, busca por novos produtos comerciáveis, expansão de poder e que dispunham ainda de um conhecimento tecnológico favorável à realização desses empreendimentos. Nasce também dentro de uma lógica expansionista do Capitalismo Europeu que no século XV se caracterizava por um sistema econômico baseado no comércio de pequena e larga escala para aquela época. Tudo isso dentro de um contexto histórico que produziria o Mercantilismo como modelo econômico que media a riqueza das nações pelo acúmulo de metais preciosos de cada nação.

Assim nasce a América para a História Moderna Européia. Uma lugar visitado pelos europeus de várias nações em busca de riquezas e que mediriam forças numa disputa acirrada de quem seria realmente seu dono. América de vários donos que, de acordo com as forças políticas, econômicas e bélicas da época, que exerciam uns sobre os outros, fizeram suas divisões de domínios criando suas próprias regras para tal divisão à revelia dos povos nativos negociados.

Todos esses povos passaram pelas américas e dominaram um pedaço desse continente deixando marcas de sua cultura e de seu domínio. E se hoje falamos de América Latina é muito oportuno para nossa localização em um espaço geográfico onde convivemos com países colonizados por portugueses, espanhóis, ingleses e franceses, principalmente.



Se falamos em termos de países, especificamente, a mescla cultural parece não ter fim porque com a vinda de muitos povos para todos os cantos das Américas, depois do processo de descolonização iniciado com a Independência dos Estados Unidos antes mesmo da Revolução Francesa e só finalizado já no século XX, fica difícil identificar uma cultura latina pura mas sim uma cultura mesclada e por isso muito rica.

Essa mescla de povos também facilita nossa compreensão a respeito de tantas dificuldades que enfrentamos em nosso desenvolvimento, por um lado, como também nos faz um povo mais aberto a possibilidades que essa diversidade nos oferece. Podemos identificar em nossa história de desenvolvimento pelo menos dois momentos importantes: o primeiro que é o do total domínio das metrópoles, conhecido como período da colonização; e o segundo período como o de domínio relativo das metrópoles sobre suas antigas colônias.

No primeiro período sabemos que muito pouco foi feito pelas metrópoles para o desenvolvimento de suas colônias. Esse é um período de exploração marcante onde a lógica da economia européia está guiada pela pura exploração na maioria das colônias americanas. Tudo que se faz nas colônias é desenvolver políticas que favoreçam a produção de riquezas para as metrópoles européias em uma velocidade cada vez maior para alimentar um mercado internacional voraz e ao mesmo tempo alimentar uma disputa de poder entre essas metrópoles medido pela maior capacidade que tiverem de enriquecer-se da exploração nas colônias.

Nessa disputa de poder a Inglaterra foi o país mais beneficiado pois além de ter suas treze colônias que hoje são os Estados Unidos, explorava Portugal que lhe servia apenas de interposto para o repasse do ouro e da prata vindas do Brasil. Pois Portugal mantinha um acordo com a Inglaterra pago em metais preciosos pela proteção militar que oferecia protegendo-o de qualquer invasão estrangeira, principalmente da Espanha. Esse acordo criou muitos problemas para o desenvolvimento brasileiro pós independência.

No Brasil enquanto o povo sofria cada vez mais com o aumento da exploração ia ao mesmo tempo construindo uma consciência dessa exploração ao longo de dois séculos. Surge então um movimento geral em busca de liberdade e rompimento dessa exploração. Essa realidade de exploração era sentida em toda a América porque era



provocada pelo Mercantilismo que fazia as metrópoles buscarem cada vez mais riquezas nas colônias e forçar uma maior produção.

Os primeiros a concretizar seu desejo de independência foi os Estados Unidos que formados pelas colônias que queriam se separar da Inglaterra conseguem declarar independência a sua metrópole em 1776. É nesse momento que podemos ver quais diferentes rumos tomarão os países das Américas com relação ao seu desenvolvimento econômico e social.

Estados Unidos começam sua história na busca de fazer uma nação que tivesse como fundamento a liberdade e não a opressão. E para os primeiros passos desse país esse lema foi fundamental, não que tenha sido fácil de realizá-lo mas que, pelo menos, lhe serviu de guia. Uma outra questão que precisa ser colocada aqui é a de quem financiou a independência dos Estados Unidos. Aqui se origina um fato curioso que vale à pena evidenciar nessa análise. Para a independência estiveram unidas no apoio França e Espanha e depois vamos observar que em um outro momento surge uma relação muito forte entre os Estados Unidos e sua antiga metrópole a Inglaterra que permanece até os dias atuais.

A relação dos Estados Unidos com a Inglaterra produziu uma condição histórica favorável aos movimentos de independência latinoamericanos que financiaram a independência de muitos desses países. Para esses dois países capitalistas com uma indústria que precisava de mercados para escoamento de sua produção, financiar a independência dos povos latinoamericanos significava a abertura de um mercado bastante rentável. Forçaria então o rompimento do Pacto Colonial entre metrópoles e colônias.

No Pacto Colonial às colônias cabia o lugar de fornecedoras de matéria prima para suas metrópoles, comercializadas a preço bastante baixo e às metrópoles cabia a venda de produtos industrializados às colônias e a outros mercados por preços bem mais caros justificados pelo custo do processo de industrialização. Os Estados Unidos nesse momento já começam a demonstrar uma condição de desenvolvimento bastante favorável e apoiados pela antiga metrópole já ensaiava uma condição de explorador da condição de mercado que era a América Latina para essas duas nações.



Essa é a condição que a América Latina entra no século XIX formando um conjunto de países recém independentes que ao sair da tutela de suas metrópoles, Portugal e Espanha, passa a ser dependente da Inglaterra e dos Estados Unidos, uma antiga colônia americana e sua antiga metrópole. Nesse fato ancoraremos um dos pontos de nossa reflexão com relação aos primeiros entraves que tivemos com relação ao nosso desenvolvimento.

Esses entraves que iam surgindo de uma forma mais sutil de impedimento do nosso desenvolvimento por parte das nações que nos viam como apenas mercado e não como parceiros apenas estão começando e se estenderia por todo o século XX. Portugal e Espanha saem de cena, começam a passar por dificuldades no século XX por não terem conseguido desenvolver sua indústria no século XIX e nem no século XX no mesmo ritmo dos Estados Unidos e Inglaterra. Agora é a vez da Inglaterra e Estados Unidos juntos dominarem o mundo. A América Latina, como um todo, sofre até os dias atuais por causa desse mal começo de história de países independentes e ao mesmo tempo impedidos de desenvolver-se plenamente.

O Brasil que passou também pelos mesmos problemas no seu processo de independência e até os dias atuais sofre as consequências, mostrou certas peculiaridades ao longo dos séculos XIX e XX, apresentando apenas em determinados momentos alguns semelhanças com o restante da América Latina. A primeira peculiaridade está na forma de fazer sua independência. Uma independência negociada que lhe rendeu sérios problemas ao longo do seu regime de governo pós independência que foi um modelo de Império, rompido apenas em 1889 com a Proclamação da República.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, a Inglaterra passava a defender de invasões estrangeiras não apenas a Portugal mas agora ao Brasil. Nesse caso, uma vez o Brasil declarando guerra a Portugal pela sua independência seria o poderio bélico inglês que teria que enfrentar. Nesse caso a negociação da independência era a forma do Brasil conseguir se libertar de Portugal.

Nesse momento é passada a dívida do acordo de Portugal com a Inglaterra para o Brasil. Nosso país iniciava sua história de nação independente contraindo uma dívida de sua metrópole. Uma outra questão que precisa ser evidenciada nessa análise é que na medida em que a Inglaterra eliminava Portugal da relação de exploração econômica



que mantinha indiretamente com o Brasil, nosso país passava a ter uma influência direta do Capitalismo Industrial europeu e do modo de ser e pensar dos ingleses e americanos, mas nós ainda como fornecedores de matéria prima e agora seus consumidores de produtos manufaturados.

A relação entre Estados Unidos e Inglaterra dentro de uma lógica de Capitalismo Industrial se configurou dentro de um quadro de exploração mais sutil, não por isso menor, foi ainda mais intenso porque se espalhou por toda a sociedade brasileira. A Inglaterra preponderou no século XIX e os Estados Unidos durante todo o século XX e atingiu desde as camadas sociais mais altas até as mais baixas e em todos os níveis da vida dos brasileiros. Afetou o modo de pensar a educação, a economia, a política, a cultura, a ciência, a religião, os hábitos alimentares, o vestir, o cantar, o sentir.

Foi uma relação que buscou sempre fazer os brasileiros pensarem que éramos bons parceiros. Fomos de certa forma levados a virarmos as costas para os nossos irmãos dos outros países latinoamericanos. Nem em nossas escolas foi se quer incentivado o domínio do espanhol como segunda língua. Depois do ensino da língua francesa como sinônimo de erudição, fomos quase que forçados a ser bilingues estudando o Português e o Inglês.

Pelo contexto histórico exposto acima sobre as condições econômicas de dependência em que nos submetemos desde o início de nossa história podemos perceber que muitos entraves foram produzidos dentro da própria condição histórica em que surgimos como povo latinoamericano e, mais especificamente, povo brasileiro. Nessas condições o projeto de sociedade moderna no qual surgimos não havia lugar para protagonizarmos nossa história.

Apesar de estarmos dentro de uma dinâmica de Sociedade Moderna na medida em que surgimos a partir de uma busca de mercado internacional, para existirmos a condição era ser fonte de matéria prima para sociedades mais desenvolvidas, mão de obra forçada para produção de uma riqueza que não usufruiríamos, obrigados a estabelecer uma relação humana, comercial e política desigual. Nessas condições não nascemos como nação moderna. Nossa condição se assemelha mais a condição do escravo grego ou romano que tinha como condição humana a negação de seu direito à liberdade.



Parece que no tempo que nascemos havia dois tempos em um mesmo tempo. O tempo em que a sociedade européia vivia, com suas revoluções religiosas, políticas, científicas e sociais e um outro tempo dentro deste mesmo tempo que era o que vivíamos, um tempo de submissão e obediência a um mesmo credo, sem direito à educação, mas apenas a instruções rudimentares para o trabalho, um trabalho que não nos dignificava mas sim nos embrutecia.

Essas condições nos faz lembrar que o projeto de sociedade moderna só valia para o povo europeu. Para os povos dos trópicos, os exóticos, só lhes sobravam a exploração e a desumanização comparadas às sociedades antigas onde se acreditava que um rei ou um governante tinham poderes divinos, orientados por Deus para guiar uma multidão insolente. Mas a própria dinâmica da história realizou seu feito e nos fez ver um mundo diferente como contava Platão quando se referia à “Alegoria da Caverna”.

Toda a falta de condição criada pelas forças políticas, históricas e econômicas do tempo em que fomos colônia de Portugal acabou criando uma nova sociedade dentro dos escombros da velha sociedade. Na medida em que Portugal proibiu que no Brasil tivesse universidade se viu forçado a enviar os filhos dos colonos portugueses para Coimbra esses mesmos filhos retornam e renovam o pensamento político do país. Passados os séculos, foram surgindo os primeiros descendentes europeus nascidos no Brasil e esse brasileiro que era filho de europeu mas não era europeu percebeu que sua terra era o Brasil.

Enviar filhos para Europa para estudar nas universidades passou a ser um valor e funcionava como uma distinção e isso acabou favorecendo o nascimento de uma nação moderna. É essa nova geração de brasileiros que uma vez vinda da Europa percebiacom relação à vida na Europa e essa percepção começa uma nova dinâmica histórica, processual que reivindica para o Brasil um projeto de Sociedade Moderna semelhante ao Europeu.

Junto a esse fato, uma outra contradição acontece. A família real portuguesa para poder se instalar no Brasil em 1808 se viu obrigada a modernizar minimamente a capital do Brasil, para ter um mínimo de conforto diante do estado caótico de civilidade em que vivíamos. São construídas as primeiras instituições modernas no Brasil como é o caso do Banco do Brasil, de uma imprensa, de escolas etc.



Com esse pequeno surto de modernidade e com a renovação do pensamento das elites brasileiras através das novas gerações que estudavam na Europa, o Brasil foi pouco a pouco fortalecendo-se como nação e apesar de todas as dificuldades históricas já expostas fomos pouco a pouco construindo uma nacionalidade, cheias de incoerências, contradições mas iniciamos no século XIX um processo de modernização ao nosso modo. Processo esse que com suas ambiguidades e insuficiências vem lentamente forjando essa modernidade que conhecemos hoje.

Uma modernidade que apesar de apresentar profundas insuficiências estruturais para realizar-se plenamente vai seguindo no fluxo e às vezes no entorno do próprio movimento da sociedade moderna que é contraditório por si só em seu próprio projeto. De qualquer modo, desde que sugimos na história como povo brasileiro estamos sempre a mercê dos movimentos da história mundial e nela vamos contruindo a nossa. Estamos já na segunda década do século XXI e continuamos com problemas muito profundos em nossa sociedade que entrava nosso desenvolvimento pleno. Um problema que merece atenção de todos os brasileiros e latinoamericanos é a nossa educação. Mas uma luz que surge para todos nós é a condição que pouco a pouco se apresenta para todos nós de construirmos uma história diferente.

O nosso país hoje tem uma importância no cenário mundial que antes não tinha. As forças externas que nos dominaram por tanto tempo hoje está relativizada. Apesar de, para alguns, continuarmos na mesma condição de província que no tempo da colônia porque agora somos província de um Capitalismo Globalizado podemos ver também que por outro lado, hoje as forças de dominação deixam mais condições de desenvolvimento local do que no tempo da colônia.

E com esse propósito que termino esse breve artigo deixando aqui um apelo para o exercício do pensamento dialético que nos garante que para cada força negativa há sempre uma positiva. Nesse sentido, não há como a dominação ser tão absoluta que não gere seu contrário assim como foi no século XVIII com o acesso às idéias iluministas da Revolução Francesa, com o acesso à industrialização de estilo inglês e americano, com as reformas educacionais do século XX na educação, com uma massa intelectual crítica



que surgiu a partir dos anos 1980 e agora estamos dentro de uma nova fase que é a fase de acesso ao conhecimento por meios eletrônicos.

O que a internet está propiciando aos brasileiros que conseguem ter acesso é inimaginável. Em termos de quantidade é bem maior do que o número de pessoas que podia ir à França ou à Portugal no período colonial. A internet hoje é para muitos o que as enciclopédias dos iluministas foram para os franceses antes da Revolução Francesa. Há uma busca por conhecimento por uma parte da população muito grande. A corrida por títulos como legitimação de qualificação para o trabalho é uma sistemática que pouco a pouco vai criando um habitus de busca pelo novo, próprio da modernidade.

E dentro dessa linha de pensamento concluo o presente artigo afirmando outra vez que fazemos nossa própria história mas dentro de certas condições que não são as que queremos mas as que a própria história nos coloca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, L. F. (ORG.). História da Vida Privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 523p.

ARON, R. As Etapas do Pensamento Sociológico. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 884p.

BERMAN, M. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 267p.

BURKE, P. Historia y Teoría Social. Buenos Aires: Omorrortu, 2007. 320p.

DURÁN, F. E. La Naturaleza y el Desarrollo de la Sociología. Granada: Comares, 1992. 299p.

FREYRE, G. Novo Mundo nos Trópicos. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. 305p.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 29ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. 248p.

_____. Teoria e . Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 355p.



GARDINER, P. Teorias da História (4ª edição). Tradução Victor Matos de Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. 678 p.

GINER, S. ; ESPINOSA, E. L. ; TORRES, C. Dicionário de Sociología. Madrid: Alianza Editorial, 2002. 895p.

MARX, K. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann (6ª Edição). Tradução Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 346p.

MARX, K. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte (2ª Edição). Tradução de José Barata-Moura e Eduardo Chitas, 1984. Transcrição autorizada Edições Avante, disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/cap01.htm#%28N8%29>

RICUPERO, B. Sete Lições sobre as interpretações do Brasil. São Paulo: Alameda, 2008. 219p.

SOUZA, L. M. (ORG.). História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada an América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 523p.

SCHWARTZMAN, S. **Educação básica no Brasil: a agenda da modernidade.** *Estud. av.* [online]. 1991, vol.5, n.13, pp. 49-60. ISSN 0103-4014.